

Porta de saída estreita no mercado de crédito privado e a PEC 10/2020

Impactos da pandemia na indústria gaúcha

Impossibilidade de procurar emprego segurou a taxa de desemprego

Primeiras consequências na renda já começaram a aparecer

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Assis Brasil, 8787 Fone: (051) 3347.8731 Fax: (051) 3347.8795

UNIDADE DE ESTUDOS ECONÔMICOS

www.fiergs.org.br/economia

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista desta Federação. É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Porta de saída estreita no mercado de crédito privado e a PEC 10/2020

Com a queda mais intensa da taxa SELIC ao longo de 2019, os investidores buscaram alternativas dentro do segmento de renda fixa com rentabilidade maior. Os fundos de crédito privado atraíram quem buscava rentabilidades acima do CDI com baixo risco de mercado. Além disso, muitos fundos Multimercado aumentaram a parcela de títulos de crédito na carteira em busca desse ganho adicional.

Conforme dados da Anbima, em janeiro de 2018 o PL dos fundos de renda fixa era de R\$ 1,9 tri, sendo que os fundos de crédito livre de diferentes maturidades representava 4,6%. Entre o início de 2018 e o final de 2019, os fundos de crédito livre tiveram captação líquida de R\$ 36,8 bi, enquanto o segmento de renda fixa como um todo teve um resgate líquido de R\$ 82 bi.

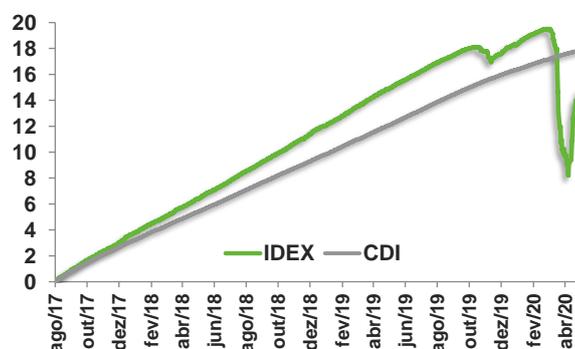
Na medida em que os investidores começaram a migrar para esse segmento, a maior demanda levou à queda nas taxas. Empresas conseguiram emitir dívida com custo muito próximo ao da dívida soberana. As emissões de debêntures cresceram 82% no período, passando a ter um PL na Anbima de R\$ 211 bi, mas uma oferta pequena em comparação com a demanda e num mercado ainda com baixa liquidez.

Muitos gestores perceberam que a porta de saída para esse grande volume de recursos seria estreita, caso muitos quisessem resgatar ao mesmo tempo. No final do ano passado tivemos uma primeira onda de resgates: em novembro e dezembro foram mais de R\$ 8 bi apenas no segmento de crédito livre. O IDEX-CDI

é um índice para o segmento de crédito que leva em consideração debêntures líquidas e indexadas ao CDI que apresentam negociabilidade no mercado secundário, e consegue mostrar a movimentação nas cotas dos fundos em comparação com o CDI.

A PEC 10/2020, conhecida com PEC do “Orçamento de Guerra” traz a possibilidade de o Banco Central adquirir debêntures, carteiras de créditos e CDBs. A medida é importante tendo em vista que esse mercado foi importante para o financiamento das empresas com a retração no volume de empréstimos dos bancos públicos e ajudou a diminuir o custo de alavancagem das empresas no período pós-crise 2015-16. Essa medida traria um elevado risco moral caso fosse permanente, porém a PEC tem validade durante o período de calamidade.

Rentabilidade Acumulada - %



Fonte: JGP. Banco Central do Brasil.

Impactos da pandemia na indústria gaúcha

A Sondagem Industrial Especial do RS, realizada pela FIERGS, em parceria com a CNI, nas duas primeiras semanas de abril, voltou a abordar os impactos da pandemia na indústria gaúcha.

Os resultados mostraram que a crise desencadeada pelo novo coronavírus afeta 97,6% das indústrias gaúchas, quase todas de forma negativa (dois terços de modo intenso). A demanda recuou em 80,0% das empresas (em 43,6% intensamente), gerando queda do faturamento em sete de cada dez e cancelamentos de pedidos/encomendas em 56,6% delas. Outro impacto importante da pandemia, que atingiu 55,4% das empresas, foi a inadimplência de clientes.

A crise gerou ainda muitos obstáculos às operações das empresas. Oito em cada dez enfrentam dificuldades na aquisição de insumos e matérias-primas, assim como na logística de transporte, tanto de produtos quanto de matérias-primas. Segundo dois terços das empresas, o acesso à capital de giro ficou ainda mais difícil. Por conta disso, seis de cada dez indústrias reportam dificuldades financeiras para realizar pagamentos rotineiros, como tributos, fornecedores, salários, energia elétrica e aluguel.

Diante desse quadro, 42,3% das empresas cortaram

a produção (14,3% por tempo indeterminado). Em 41,6% delas, a pandemia também foi responsável pela redução da produção, em 22,0% de modo intenso.

A pesquisa avaliou ainda as principais ações das empresas com relação aos empregados, mostrando que a crise causada pela pandemia obrigou praticamente todas (99,4%) a tomar medidas para se ajustar à contração da produção e conter a disseminação da doença. As mais utilizadas foram o afastamento de empregados de grupo de risco (66,1% das empresas), a realização de campanhas de informação e de prevenção/medidas extras de higiene (64,9%) e a adoção de trabalho domiciliar (60,7%). Outras providências muito usadas foram o afastamento de empregados com sintomas (52,4% das empresas), a concessão de férias para parte dos empregados (47,0%) e o uso do banco de horas (46,4%). Vale destacar que, até esse momento, 19,6% das empresas já dispensaram/demitiram empregados.

A Sondagem Especial mostrou o impacto profundo da pandemia na produção industrial gaúcha, que já afeta o emprego e as condições financeiras das empresas. Nesse sentido, é inadiável compatibilizar as medidas de combate à doença e as ações para a retomada progressiva da economia brasileira.

Impossibilidade de procurar emprego seguiu a taxa de desemprego

Na semana passada, foram divulgadas as primeiras estatísticas oficiais sobre o mercado de trabalho que abrangem, em parte, o período da pandemia. A taxa de desemprego, anunciada pelo IBGE com a PNAD Contínua, foi de 12,2% no primeiro trimestre deste ano, uma alta de 1,2 ponto percentual (p.p.) na comparação com o último trimestre de 2019. O número de desempregados subiu para 12,9 milhões, uma alta de 10,5%. O crescimento dessas variáveis ocorre em todos os inícios de ano, principalmente em função da busca por emprego dos trabalhadores temporários que foram admitidos para as festas do final de ano e desligados em dezembro. Inclusive, as elevações na passagem do quarto para o primeiro trimestre ficaram abaixo da média observada nos últimos anos (2017-2019), onde a alta foi de 1,4 p.p. na taxa de desemprego e de 12,1% na população desocupada.

Apesar de certa normalidade no resultado, muito em função da pandemia ter provocado fortes mudanças apenas na segunda metade de março, alguns aspectos chamam a atenção. Em primeiro lugar, a queda em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, que foi de 0,8 p.p. nos trimestres encerrados em janeiro e fevereiro, foi de apenas 0,5 p.p. no trimestre encerrado em março. Em segundo lugar, a diminuição de 2,5% na população ocupada na passagem do 4ºT/19 para o 1ºT/20 foi a maior já registrada nesse tipo de comparação. Por fim, o ingresso de pessoas na população fora da força de trabalho (grupo de pessoas

que não estão ocupadas e nem procurando emprego) também apresentou a maior taxa da história (+2,8%) na passagem trimestral, fazendo esse contingente atingir 67,3 milhões de pessoas, maior patamar já registrado. Cabe mencionar, no entanto, que o número de pessoas desalentadas (parcela da população fora da força de trabalho que desistiu de procurar emprego) ficou estável, mostrando que outros fatores fizeram as pessoas não procurarem emprego.

Em resumo, a elevação da taxa de desemprego no 1ºT/20 não foi expressiva e o desempregado cresceu dentro da normalidade, mas houve forte queda na população ocupada e muitas pessoas deixaram de procurar emprego, provavelmente, por conta do isolamento social. Portanto, são sinais de que a taxa de desemprego poderia ser maior e deve crescer nos próximos meses. Ademais, os impactos na renda também já apareceram e são tema do artigo abaixo.

O mês de maio deve trazer estatísticas mais fidedignas sobre os impactos da pandemia no mercado de trabalho. O Ministério da Economia manifestou que pretende divulgar o CAGED de abril e também os dados de janeiro a março, ainda não apresentados em função de problemas com o E-Social. Já o IBGE iniciou a coleta da pesquisa PNAD Covid e pretende divulgar resultados ainda neste mês. Será uma versão especial da PNAD que abordará temas relacionados à saúde, comportamento, emprego e renda da população em meio à pandemia.

Primeiras consequências na renda já começaram a aparecer

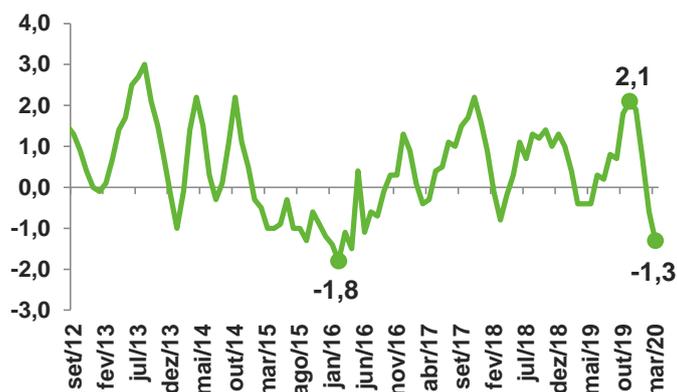
Os dados da PNAD Contínua relativos ao primeiro trimestre, divulgados na semana passada pelo IBGE, já apresentaram os primeiros impactos no mercado de trabalho brasileiro, conforme descrito no artigo acima. Além das consequências no emprego, a renda também já começou a ser afetada.

A massa de rendimentos das pessoas ocupadas, considerando todos os trabalhos e o habitual recebido por mês, apresentou crescimento nulo em termos nominais na passagem do 4ºT/19 para o 1ºT/20, o pior desempenho já observado na série histórica iniciada em 2012, juntamente com o verificado no 1ºT/18. Ao considerar a inflação, a queda foi de 1,3%, a quarta pior retração em termos reais, ficando atrás apenas de trimestres situados entre o final de 2015 e início de 2016, no auge da mais recente recessão quando a inflação atingiu 2 dígitos.

É preciso considerar que a PNAD apresenta o resultado em uma média móvel de três meses, sendo que março representa apenas um terço do período da amostra. Portanto, mesmo considerando que as medidas de isolamento social começaram na segunda quinzena de março, de modo que os impactos foram sentidos em apenas um sexto do período analisado, já se tem consequências enormes.

As medidas para manutenção dos empregos formais contidas na Medida Provisória nº 936/2020 (suspensão de contrato de trabalho e redução de jornada e salários), além da perda de empregos formais e informais por conta da recessão que se aproxima devem intensificar a perda de renda da população. Observamos apenas a ponta do iceberg e a continuidade da deterioração aparecerá nos próximos meses.

Massa de rendimentos de todos os trabalhos habitualmente recebido por mês – Brasil
(Var. % real em relação ao trimestre anterior)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. *Os meses apresentados no gráfico referem-se ao último mês de cada trimestre móvel.